

Jean Pierre Chauvin

**MARCIA TIBURI. COMO DERROTAR O  
TURBOTECNOMACHONAZIFASCIMO  
OU SEJA LÁ O NOME QUE SE QUEIRA  
DAR AO MAL QUE DEVEMOS SUPERAR.  
SÃO PAULO: RECORD, 2020.**

Desde que palavras como Democracia, Justiça e Liberdade voltaram a circular com sinal trocado e sentido incompatível com a realidade deste país, temos assistido a um desfile de atrocidades sociais e econômicas, em nome da suposta austeridade. Pelo menos de 2016 para cá, ignora-se o premente “acerto de contas” com o nosso passado escravista e ditatorial. Em lugar disso, des-governantes e asseclas se empenham em liquefazer os direitos (que já eram mínimos) e as políticas de inclusão, promovidas durante os governos progressistas (2002-2016). O crescente desamparo social caminha de mãos dadas com a negação do passado, a desvalorização da cultura e a desqualificação dos trabalhos de natureza científica, artística e intelectual – invariavelmente tachados como “mi-mi-mi”. Isso tudo, é claro, protagonizado por figuras sub-mediócras que, obstinadas por gurus de araque, orbitam os três Poderes da República a abocanhar benesses, enquanto proclamam virtudes e caçam políticos de determinada legenda partidária.

Face a esse estado de coisas, é sintomático que numerosas vozes tenham se aventurado a denunciar o Estado de exceção em que infra-vivemos desde 2013 – quando o golpe contra a Presidenta Dilma Vana Rousseff começou a ser colocado em marcha pelas “famílias tradicionais” e “homens de bem”, que deram crédito a mercenários da fé alheia, ruralistas e senadores incompetentes (e corruptos), amigados com apresentadores de televisão que se especializaram em afetar caridade social com chapéu alheio. Dentre as

numerosas publicações (individuais ou coletivas) que, felizmente, estão entre nós, chama atenção o novo livro da filósofa Marcia Tiburi, sob o conceito provocativo de *Turbotecnomachonazifascismo*.

A leitora, o leitor não se espantem. As palavras que vão no título são dissecadas pela própria ensaísta ao longo de trinta e nove seções, poucas delas com mais de três páginas. Dito de outro modo, é uma espécie de manual que ensina como detectar a reedição do nazifascismo digital no Brasil (e fora dele), vinculado à postura agressiva de certos homens, orgulhosamente escrotos, que criaram um canal direto entre a suposta moralidade do lar e o picadeiro situado no Distrito Federal.

Este resenhista deve admitir que não é tarefa fácil selecionar poucas frases do livro. Em diálogo com vasto repertório, que inclui filósofos, historiadores, sociólogos, escritores etc., trata-se de uma obra densa, tanto do ponto de vista teórico quanto analítico. Por isso mesmo, corre-se o risco de simplificar demasiado os precisos diagnósticos que Marcia Tiburi traduz, exemplifica e oferece. De todo modo, aventuremo-nos à empreitada, com vistas a convidar o leitorado.

No “Prefácio”, lemos que é necessário “derrotar os ventríloquos e os fantoches, as corporações que financiam e as metodologias e tecnologias políticas envolvidas [...] é preciso desmontar a máquina fascista que opera esvaziando mentes e colonizando sensibilidades” (Tiburi, 2020, p. 13). O alerta se soma a este: “O discurso de ódio que tomou conta do Brasil não é natural, como alguns podem acreditar. Ele faz parte do código de guerra cultural da extrema direita, que é acionado nos momentos em que grupos econômicos dominantes se sentem ameaçados” (Idem, ibidem, p. 19).

Quem são os atores do discurso de ódio? Os sujeitos de sempre, mas com uma diferença fundamental, favorecida pelas redes sociais: “Líderes políticos, publicitários, jornalistas, religiosos e todos que detêm os meios de produção do discurso” dependem da horizontalização das falácias, que anunciam despididamente: “Para que o ódio persista, sua experiência precisa afirmar-se ‘horizontalmente’, ou seja, precisa ser partilhada

com os pares”, com aqueles que “contribuem para a manutenção da máquina” (Idem, ibidem, p. 21). Esse conjunto de discursos e gestos de ameaça (alguns deles concretizados) relacionam-se à ideologia vigente: “um sistema semiótico, no qual símbolos, signos, palavras, configurando regras e valores, são ofertados às massas, fornecendo-lhes formas de pensar, de sentir e de agir”, sob o manto da naturalidade (Idem, ibidem, p. 24).

Lembrete fundamental, as massas “não preexistem ao fascismo, mas são criadas a partir de estímulos” (Idem, ibidem, p. 29). Afinal, como descrever o fascismo? Como “uma metodologia política com fins econômico-ideológicos e uma performatividade, ou seja, uma forma estético-política grotesca e delirante que captura a totalidade dos corpos sensíveis e os coloca em uma espécie de hipnose” (Idem, ibidem, p. 34). Marcia Tiburi tem plena consciência de que o fascismo à brasileira não se confunde com o de Mussolini. No entanto, os pontos de contato são evidentes e o advento da Internet não pode ser desprezado: “Os meios de comunicação digitais [...] transformaram o próprio fascismo, como sistema de ódio ao outro, em mercadoria. Há um mercado do ódio, um valor do ódio manipulado por técnicas de psicopoder no campo do psicomercado” (Idem, ibidem, p. 36), mesmo porque “Não há fascismo sem propaganda” (Idem, ibidem, p. 39).

Isso explica o fato de o “fascismo” ser “uma tecnologia política que reduz a política à publicidade, por isso seus agentes muitas vezes são robôs, outras vezes se parecem tanto com robôs que, na condição de marionetes bizarros, levam adiante palavras, sentimentos e ações que não são seus” (Idem, ibidem, p. 46). A isso se relaciona à nula consciência de classe e percepção do outro. No capítulo 17, Marcia Tiburi discute os dois “valores” substancializados por uma parcela expressiva da sociedade brasileira: “A condição de classe não resolvida implica sofrimento e ressentimento. Não parecer pobre, apagar o fato social e histórico da pobreza são gestos dos quais o fascismo se aproveita” (Idem, ibidem, p. 74).

Mas como a “tecnologia política” funciona? Graças à “retórica do desnorteio típica do paradigma da desin-

formação na qual a falácia de redução ao absurdo, à escatologia, à abjeção, entra em cena na composição do personagem em sua performance cínica” (p. 77). As piadas fora de lugar, a reapropriação subnutrida de lugares comuns por seres que mal sabem decodificar o que diz o *teleprompter* associa-se ao teatro de horrores, sob a direção de um sujeito desnordeado e megalomaniaco: “O ridículo político é a cena em que atores patéticos e ignorantes assumem a liderança e se qualificam para exercer o poder, quanto muitos não levam a política a sério. Esses políticos dizem que não são políticos, e muitos cidadãos caem na armadilha de votar nesses políticos e de apoiá-los” (Idem, *ibidem*, p. 85).

Você pode estar se perguntando “Como chegamos aqui?”. Respondo. Do mesmo modo que “cidadãos de bem”, crédulos ou mal-intencionados, continuam a eleger “gestores” que negam ser “políticos” (embora pleiteiem cargos na esfera pública, com capital privado de megacorporações, para fazer “nova política”). Dizendo melhor: “Antipolítica é a redução da política à propaganda contra a própria política” (Idem, *ibidem*, p. 86), quer dizer, “É a política como teatro do grotesco pelo ridículo” (Idem, *ibidem*, p. 97) já que “o ridículo dá uma imagem popular ao poder” (Idem, *ibidem*, p. 103). Nesse contexto, a cultura perde mais terreno e se torna alvo dos ataques à arte e à sensibilidade: “a catarse não indica a ‘purificação’ de paixões negativas, mas o esvaziamento da subjetividade” (Idem, *ibidem*, p. 105). O representante típico dessa ideologia é o “fascista em potencial”, ou seja, “um tipo psicopolítico” cuja principal “característica é ser politicamente pobre, justamente porque é afetiva, reflexiva e linguisticamente pobre” (Idem, *ibidem*, p. 114). É bem verdade que já tivemos um presidente cioso de sua poliglôssia, o que não o impediu de dizer e desdizer o mesmo assunto em várias línguas. Mas deve-se reconhecer que a fachada dignitária convencia melhor que a atual inépcia misturada à pantomima.

A questão essencial continua a ser a invisibilização de muitos *versus* o acolhimento de quase ninguém. Isso acontece porque “Fechada em si mesma, uma personalidade fascista não pode perceber o ‘comum’ exis-

tente entre ela e o outro” (Idem, *ibidem*, p. 115). Essa incapacidade (ou indiferença, mesmo) em relação às alteridades também se manifesta na linguagem, uma vez que “Não existe política sem práticas linguísticas. Elas acabam por construir e reconstruir a política. O diálogo gera a política. O ódio rompe com o diálogo e gera a antipolítica” (Idem, *ibidem*, p. 120). Esse comportamento é favorecido por uma sociedade acrítica, inserida numa “cultura em que a televisão tem um poder tão incrível que dispensa outras experiências intelectuais” (Idem, *ibidem*, p. 124).

Por isso mesmo, conclui Tiburi, “O autoritarismo é um regime de pensamento que afeta o conhecimento” (Idem, *ibidem*, p. 127). Não por acaso, “O sujeito autoritário [...] é um tipo paranoico”, lembrando que, “Para Freud, a paranoia é um tipo de defesa, ou seja, um tipo de distúrbio [...]” (Idem, *ibidem*, p. 132). Para esses tipos irrefletidos, os pensamentos funcionam como “verdades teológicas que somente ele detém” (Idem, *ibidem*, p. 134). Dessa condição particular ao messianismo coletivo, o passo é muito pequeno. Não por acaso, no capítulo 29 a autora relembra os três vazios que aclimatam a nossa era: “os vazios de pensamento, de sentimento e de ação” (Idem, *ibidem*, pp. 141, 142 e 143). Um dos maiores perigos, associados a essas formas de vazio, reside no fato de que “Todas as instituições assumem o caráter manipulador em momentos de ascensão fascista”. Isso acontece porque “o movimento fascista funciona feito uma onda que a tudo invade e transborda todas as margens” (Idem, *ibidem*, p. 147).

Solidário à voragem fascista, lá está o capital: “o capitalismo é um reducionismo; assim como patriarcado – sua versão de gênero – é a redução do ser humano ao sexo [...] O capitalismo é a redução da vida ao plano econômico” (Idem, *ibidem*, p. 151). Bem sabemos que não se discute economia apartada da política. É oportuno que, nas últimas páginas, a filósofa argumente ser necessário “pensar o ato político como ato ético e como ato linguístico” (Idem, *ibidem*, p. 175). Os capítulos finais (37, 38 e 39) desdobram essa questão fundamental, já que resistir e enfrentar as formas nazifascistas; combater os preconceitos; enfrentar as desigualdades socioeconômicas; promover o acesso de todas(os) à

educação de qualidade, cultura, lazer e saúde... todas essas tarefas deveriam ser compreendidas como metas razoáveis de um governante sensível às necessidades da população. Entretanto, como bem sabemos, o atual desgoverno orgulha-se de não saber, não se importar, não enxergar, não avaliar, não vacinar.

No fim das contas, a mediação pela linguagem é central: “No discurso nem sempre há escuta, e, se ela surge, ela serve à fala. Já no diálogo, quando surge a fala, ela serve à escuta” (Idem, *ibidem*, p. 179). O diagnóstico está feito: resta saber por qual prognóstico lutaremos. O fato é que desde a encenação e golpe em favor de Michel Temer, voltamos a recordar as máximas de Darcy Ribeiro, que percebeu o anti-projeto brasileiro como projeto que interessa às potências que nos colonizam, enquanto blindam as próprias economias. Essa postura subserviente do país só é possível porque o tirano, ensinou Hanah Arendt, vê a todas(os) abaixo dele como inimigas(os).

*Como Derrotar o Turbotecnomachonazifascismo* também pode ser lido como uma *pièce de résistance* – quero dizer, uma obra que assinala, ainda outra vez, a posição, a coragem, a sensibilidade e a lucidez de Márcia Tiburi. Não se trata de um produto raso a surfar levemente pelas marés da ocasião. A sua chegada é um acontecimento de vulto a ser festejado, considerando-se que somente nesta neocolônia de todos (menos nossa) é possível: interpretar o beija-mão aos Estados Unidos como algo positivo; que a bestialização pseudomoralista e medieval conviva hipocritamente com a falácia da modernização e o discurso imbecilizador da inovação; que o clichê da anticorrupção continue a servir de argumento (supostamente legítimo), a defender juízes coniventes e políticos corrompidos de muitas formas – inclusive aqueles que protegem milicianos e promovem subcelebridades, cuja especialidade é instigar o ódio e desprezar o povo que seus ideólogos e financiadores fingem representar.

## O AUTOR

### Jean Pierre Chauvin

Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada (USP). Leciona Cultura e Literatura Brasileira na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Atua nos programas de pós-graduação Estudos Comparados em Literaturas de Língua Portuguesa (FFLCH, USP) e Letras (EFLCH, UNIFESP).

E-mail: [tupiano@usp.br](mailto:tupiano@usp.br).

<https://orcid.org/0000-0001-9514-109X>

